

15/12/2009

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.259 MINAS GERAIS

RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACTE. (S) : **EDMIR FERRARESI FOJO**
IMPTE. (S) : **ROBERTO DELMANTO E OUTRO (A/S)**
COATOR (A/S) (ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. AÇÃO PENAL. NULIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS. INADMISSIBILIDADE. CRIME SOCIETÁRIO. PRESENÇA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE AUTORIA PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL. ART. 41 DO CPP. ORDEM DENEGADA. JURISPRUDÊNCIA DO STF.

I - Não se considera inepta a denúncia que descreve os fatos típicos imputados ao denunciado, com indícios de materialidade e autoria, além de evidenciar seu vínculo com a ação da sociedade comercial envolvida. Precedentes.

II - O exame da conduta do acusado deve ser realizado, no curso da ação penal, pelo juiz natural da causa.

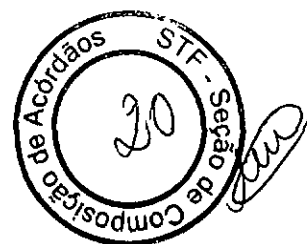
III - Ordem denegada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Carlos Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por decisão unânime, indeferir o pedido de habeas corpus nos termos do voto do Relator.

Brasília, 15 de dezembro de 2009.


RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR



15/12/2009

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.259 MINAS GERAIS

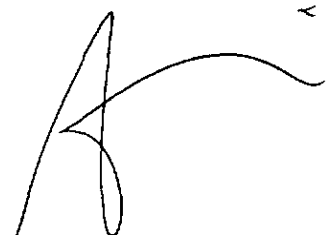
RELATOR : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
PACTE. (S) : **EDMIR FERRARESI FOJO**
IMPTE. (S) : **ROBERTO DELMANTO E OUTRO (A/S)**
COATOR (A/S) (ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

R E L A T Ó R I O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso ordinário, com pedido de medida liminar, impetrado por Roberto Delmanto, Roberto Delmanto Junior, Fabio Machado de Almeida Delmanto, João Daniel Rassi, Fábio Suardi D'Elia e Gauthama Carlos Colagrande Fornaciari de Paula em favor de EDMIR FERRARESI FOJO, contra acórdão da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça no HC 85.022/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho.

Eis a ementa da decisão impugnada:

"HABEAS CORPUS. DENÚNCIA. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A DO CPB). TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO EVIDENCIADA. DESCRIÇÃO DOS FATOS DE FORMA A VIABILIZAR O PLENO EXERCÍCIO DO DIREITO DE DEFESA. INDIVIDUALIZAÇÃO PORMENORIZADA DAS CONDUTAS QUE PODE SER FEITA NO CURSO DA AÇÃO PENAL. PRECEDENTES DO STJ. PACIENTE QUE, À ÉPOCA DOS FATOS, ERA QUEM EXERCIA A ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA. ORDEM DENEGADA.



1. O trancamento da Ação Penal por inépcia da denúncia só pode ser acolhido quando sua deficiência impedir a compreensão da acusação e, conseqüentemente, a defesa dos réus, o que não se verifica na hipótese dos autos.

2. No caso dos autos, tal como anotado no parecer ministerial, inexistem pormenores a serem mencionadas, pois a conduta consiste, basicamente, em apenas dois atos: descontar e não repassar as contribuições previdenciárias. Ademais, o paciente, à época dos fatos, era quem exercia a administração da empresa e, nessa condição, tinha poderes para reter as contribuições descontadas.

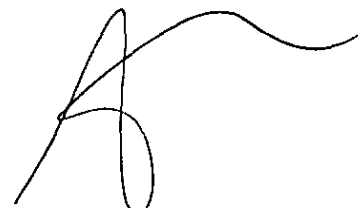
3. Parecer ministerial pela denegação da ordem.

4. Ordem denegada" (fl. 77).

Os impetrantes narram, em suma, que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 168-A, § 1º, I, combinado com os arts. 69 e 71, todos do Código Penal.

Aduzem, mais, que a inicial acusatória foi rejeitada pelo Juízo Federal de Primeira Instância, o que ensejou a interposição de recurso em sentido estrito pelo Ministério Público Federal.

Prosseguem informando que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deu provimento ao recurso, o que levou o juiz processante a considerar que a denúncia teria sido recebida implicitamente.



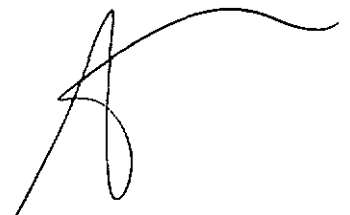
Inconformada, a defesa manejou *habeas corpus* no TRF da 1ª Região, do qual a Corte regional não conheceu ao argumento de que ela se tornara a autoridade coatora na medida em que a inicial acusatória fora recebida em cumprimento à decisão prolatada no recurso em sentido estrito que lhe foi submetido.

Em face dessa decisão, impetrou-se, na sequência, novo *writ*, dessa feita no STJ, o qual, todavia, denegou a ordem.

É contra essa última decisão que se insurgem os impetrantes.

Sustentam, em síntese, que a denúncia é manifestamente inepta, porquanto que a peça acusatória baseou-se tão somente no contrato social da empresa de que o paciente era sócio, "***sem descrever uma conduta concreta sequer que confira justa causa à ação penal***" (fl. 9 - grifos no original).

Argumentam, também, que a ausência de inquérito policial prévio impediu o Ministério Público de descrever o fato com todas as suas circunstâncias, bem como de individualizar eventual conduta delituosa, conforme dispõe o art. 41 do Código de Processo Penal.

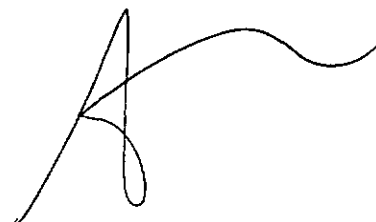


Prosseguem, afirmando que o paciente não teve oportunidade de manifestar-se no procedimento fiscal que serviu de suporte para o oferecimento da denúncia, e que a inexistência de defesa na esfera administrativa, aliada à ausência de inquérito policial, resulta na inépcia da exordial acusatória.

Ressaltam, ainda, as declarações prestadas pelo paciente em seu interrogatório judicial, segundo as quais sua atividade na empresa limitava-se à área comercial e que a administração era exercida pelo outro sócio, seu irmão Francisco, já falecido, e ainda de que não tinha conhecimento do inadimplemento das contribuições previdenciárias entre setembro de 2000 e abril de 2001.

Mencionam, ademais, em abono aos argumentos expendidos, excertos doutrinários, além de precedentes deste Tribunal.

Requerem, ao final, o deferimento de medida liminar para determinar a suspensão da ação penal proposta em desfavor do paciente até o julgamento deste writ. No mérito, postulam a concessão definitiva da ordem para anular a ação desde seu início.



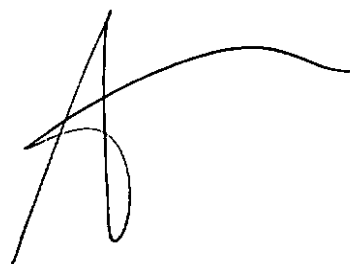
Em 22/12/2008, o Ministro Presidente desta Corte, com amparo no art. 13, VIII, do RISTF, solicitou informações ao Superior Tribunal de Justiça, além de determinar a remessa dos autos à Procuradoria-Geral da República (fl. 68).

As informações, prestadas mediante o Ofício 18/GP, foram recebidas neste Tribunal em 16/1/2009 (fls. 74-88).

O Ministério Público Federal, em parecer de lavra do Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida, opinou pela denegação da ordem (fls. 90-93).

Em 3/3/2009, indeferi a medida liminar pleiteada (fls. 98-99).

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' with a horizontal stroke extending to the right and a loop at the bottom.

15/12/2009

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.259 MINAS GERAISV O T O

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Bem examinados os autos, tenho que o caso é de denegação da ordem, conforme passarei a demonstrar.

Neste writ os impetrantes pleiteiam, em suma, a declaração de nulidade da ação penal sob a alegação de inépcia da denúncia, que, segundo eles, foi oferecida de forma genérica, sem individualizar as condutas delituosas praticadas pelo acusado:

Inviável o argumento. Com efeito, da leitura da inicial acusatória constata-se que nela estão descritos os fatos típicos imputados ao paciente, bem assim os indícios de materialidade e autoria, com destaque para sua condição de sócio-gerente responsável pela administração da empresa, requisitos suficientes ao recebimento da denúncia, nos moldes do art. 41 do Código Processual Penal.

Nesse ponto, transcrevo trecho da peça ministerial, que bem ilustra a questão:

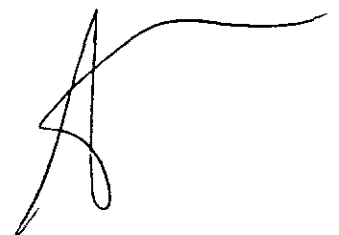


"1 - Consoante Procedimento Administrativo Criminal em anexo e que serve de suporte para a presente denúncia, no período compreendido entre setembro de 2000 e abril de 2001, **EDMIR, na qualidade de sócio gerente responsável pela administração da Laticínios Almeida Indústria e Comércio Ltda.**, inscrito no CNPJ sob o nº 17.466.053/0001-03, procedeu ao desconto das contribuições previdenciárias devidas por seus empregados, deixando de recolher, no prazo devido, o montante arrecadado aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Da mesma forma, descontou as contribuições previdenciárias devidas pelos produtores rurais, também deixando de recolhê-las aos cofres do INSS, no prazo determinado.

2 - **Segundo o contrato social da empresa, ao tempo em que as condutas se deram, o denunciado exercia a gerência das atividades, recaindo sobre si as responsabilidades advindas do cargo**" (fls. 25-27 - grifos meus).

Da mesma forma assentou o Subprocurador-Geral da República Edson Oliveira de Almeida, para quem:

"A denúncia, ainda que sucinta, demonstra com clareza os fatos tidos como delituosos criminosos, com a indicação dos documentos comprobatórios das imputações feitas ao paciente, sócio-gerente e, portanto, responsável pela administração da empresa. Ademais, não se pode trancar a ação penal, quando descritos, na peça acusatória, de forma adequada, a existência, em tese, de fatos típicos, e presentes indícios de autoria e materialidade delitivas" (fl. 92).



Sobre o tema, trago a baila lição de Eugênio Pacelli de Oliveira, que considero suficiente para o deslinde da controvérsia:

"Ocorre, entretanto, que quando o órgão da acusação imputa a todos, indistintamente, o mesmo fato delituoso, independentemente das funções exercidas por eles na empresa ou sociedade (e, assim, do poder de gerenciamento ou de decisão sobre a matéria), a hipótese não será nunca de inépcia da inicial, desde que seja certo e indubitado o fato a eles atribuídos. A questão relativa à efetiva comprovação de eles terem agido da mesma maneira é, como logo se percebe, matéria de prova, e não pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.

Com efeito, quando se diz que todos os sócios da determinada sociedade, no exercício da sua gerência e administração, com poderes de mando e decisão, em data certa, teriam deixado de recolher, 'no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros [...]' (atual art. 168-A, CP), está perfeitamente delimitado o objeto da questão penal, bem como a respectiva autoria. Não há, em tais situações, qualquer dificuldade para o exercício da defesa ou para a correta capitulação do fato imputado aos agentes.

A hipótese não seria de acusação genérica, mas geral. Acaso seja provado que um ou outro jamais teriam exercido qualquer função de gerência ou administração na sociedade, ou que cumpriam função sem qualquer poder decisório, a solução será de absolvição, mas nunca de inépcia" (grifos no original)¹.

Cito, no mesmo sentido, diversos precedentes de ambas as Turmas deste Tribunal, cujas ementas ora transcrevo:

¹ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. *Curso de Processo Penal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 153-154.




"1. Habeas Corpus. Crimes contra a ordem tributária (Lei no 8.137, de 1990). Crime societário. 2. Alegada inépcia da denúncia, por ausência de indicação da conduta individualizada dos acusados. 3. Tratando-se de crimes societários, não é inepta a denúncia em razão da mera ausência de indicação individualizada da conduta de cada indiciado. 4. Configura condição de admissibilidade da denúncia em crimes societários a indicação de que os acusados sejam de algum modo responsáveis pela condução da sociedade comercial sob a qual foram supostamente praticados os delitos. Precedentes (HC 80.812-PA, DJ de 05.03.2004; RHC 65.369-SP, Rel. Min. Moreira Alves, DJ de 27.10.1987; HC 73.903-CE, Rel. Min. Francisco Rezek, DJ de 25.04.1997; HC 74.791-RJ, Rel. Min. Ilmar Galvão, DJ de 09.05.1997; e RHC 59.857-SP, Rel. Min. Firmino Paz, DJ de 10.12.1982). 5. No caso concreto, a denúncia é apta porque comprovou, de plano, que todos os denunciados eram, em igualdade de condições, solidariamente responsáveis pela representação legal da sociedade comercial envolvida. 6. Habeas corpus **indeferido**" (HC 85.579/MA, Rel. Min. Gilmar Mendes - grifos no original).

"HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO E LAVAGEM DE DINHEIRO. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA, ILEGALIDADE DOS PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS E FALTA DE JUSTA CAUSA. TRANCAMENTO. REEXAME DO CONJUNTO PROBATÓRIO EXISTENTE NOS AUTOS DA AÇÃO PENAL: IMPOSSIBILIDADE. HABEAS CORPUS INDEFERIDO.

1. Inviável, nos limites do habeas corpus, a apreciação das alegações dos Impetrantes, no sentido de que a) o Juízo da 2ª Vara Federal Criminal de Curitiba-PR seria incompetente para processar e julgar a ação penal; b) a denúncia seria inepta; c) não haveria justa causa para a ação penal; e d) os procedimentos de investigação seriam inconstitucionais e ilegais, em razão de que essas questões demandariam exame profundo do conjunto probatório existente nos autos da ação penal, ainda em formação.

2. A alegada inépcia da denúncia e a falta de justa causa, assertivas jurídicas apresentadas pelos



Impetrantes, não infirmam a inquestionável validade do ato impugnado.

3. Não se pode trancar a ação penal, quando descritos, na denúncia, comportamentos típicos, ou seja, quando factíveis e manifestos os indícios de autoria e materialidade delitivas. Precedentes.

4. O exame da alegada inocência do Paciente não se coaduna com a via processual eleita, sendo essa análise reservada aos processos de conhecimento, nos quais a dilação probatória tem espaço garantido, na forma constitucionalmente assegurada" (HC 91.158/PR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA).

"HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INEXISTÊNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP. PRECEDENTES. FALTA DE JUSTA CAUSA DA AÇÃO PENAL.

1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem exigido a descrição, ainda que mínima, da participação de cada um dos acusados nos chamados crimes societários. Isso para possibilitar o adequado exercício do direito de defesa. HC 80.549, Relator o Ministro Nelson Jobim.

2. No caso, a peça inicial acusatória atende aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, sem incidir nas hipóteses de rejeição que se lê no art. 43 do mesmo diploma, porquanto descreve a conduta tida por delituosa, indica o momento em que ela teria ocorrido e individualiza, no tempo, a responsabilidade dos sócios na gestão da empresa. Precedentes: HC 84.889, Relator o Ministro Marco Aurélio; e HC 87.174, deste relator.

3. O trancamento da ação penal pressupõe demonstração, de plano, da ausência de justa causa para a ação penal.

4. Habeas corpus indeferido (HC 86.362/SP, Rel. Min. CARLOS BRITTO)".

"HABEAS CORPUS. DENÚNCIA. CRIME SOCIETÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DESCONTADA DOS EMPREGADOS E NÃO RECOLHIDA AOS COFRES PÚBLICOS. CONDUITA DELITUOSA. DESCRIÇÃO PORMENORIZADA. REQUISITO QUE NÃO SE MOSTRA IMPRESCINDÍVEL.



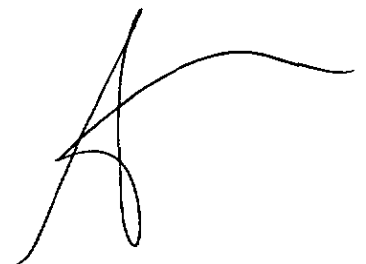
Pelo teor da peça acusatória verifica-se ser ela formalmente apta ao fim a que se destina, atendendo as exigências do art. 41 do CPP.

Além de estar apoiada nos elementos constantes do procedimento da fiscalização, retrata, com consistência, fatos suficientes e conclusivos de modo a possibilitar a identificação da prática do delito de apropriação indébita, explicitando a época dos fatos, os valores que foram desviados e o meio empregado, circunstâncias que abrem espaço ao exercício da mais ampla defesa.

A constatação do elemento subjetivo do delito é de ser melhor apreciada a partir da realização dos atos de instrução processual, onde poderá haver uma análise valorativa da prova, sabido que na peça inicial acusatória só se indaga se o relato se ajusta à figura típica de que se cuida.

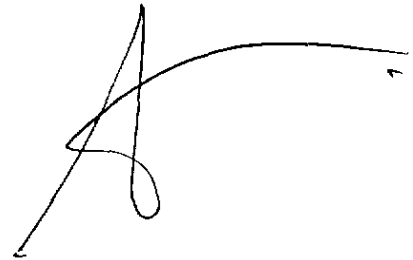
A alegação de que nos delitos societários é necessário que a denúncia individualize a participação de cada um dos acusados não encontra apoio na orientação da jurisprudência desta Corte, que não considera condição ao oferecimento da denúncia a descrição mais pormenorizada da conduta de cada sócio ou gerente, mas apenas que se estabeleça o vínculo de cada um ao ilícito" (HC 73.419/RJ, Rel. Min. ILMAR GALVÃO).

Assim, mantenho-me fiel à jurisprudência já consolidada nesta Corte, no sentido de que o trancamento de ação penal é medida reservada a hipóteses excepcionais, como "a manifesta atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção da punibilidade do paciente ou a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas" (HC 91.603/DF, Rel. Min. Ellen Gracie). Não me parece ser este o caso dos autos sob exame.



Ademais, a análise da conduta do acusado constitui matéria probatória a ser apreciada pelo juiz natural da causa no curso da ação penal, não sendo possível, nesse momento processual, em que a dúvida milita *pro societate*, afastar de plano a responsabilidade do paciente.

Ante o exposto, denego a ordem.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' with a long horizontal stroke extending to the right.

15/12/2009

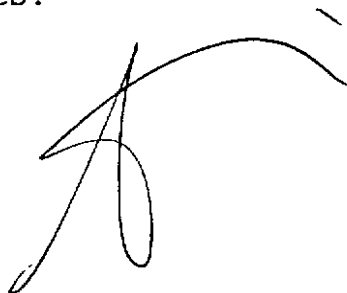
PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.259 MINAS GERAISEXPLICAÇÃO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Senhor Presidente, eu, inicialmente, parabenizo o Dr. Roberto Delmanto, respeitado e competente profissional e doutrinador no âmbito do Direito Penal, pela sua profícua sustentação oral.

Aproveito o ensejo para agradecer os cumprimentos que me foram dirigidos.

Aproveito também para louvar a substanciosa intervenção da eminente Dr^a Cláudia Sampaio Marques.



15/12/2009**PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 97.259 MINAS GERAIS****VOTO****O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI:**

Senhor Presidente, também cumprimento as intervenções feitas pelo ilustre Dr. Roberto Delmanto e pela Dr^a Cláudia.

Entendo que o elemento subjetivo do tipo é o dolo, e a verificação da ação dolosa, ou não, desse sócio da empresa será feita ao longo da ação penal.

Nesse sentido, entendo também que não cabe verificarmos se essa ação foi intencional ou não intencional, dentro da via estreita do **habeas corpus**, para trancar a ação penal.

Tenho preocupação, sim, com as denúncias genéricas, muitas vezes feitas pelo Ministério Público. Mas, no caso concreto, a denúncia, pelo que narrou, as intervenções tanto do ilustre advogado quanto do Ministério Público e o relato e o voto do eminente Relator deixam claro que o Ministério Público apontou a razão pela qual figura no polo passivo da ação esse sócio da empresa.

Entendo que estão presentes elementos suficientes para o prosseguimento da ação penal. Não é o caso da via excepcional do trancamento.

Acompanho o eminente Relator.



15/12/2009

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.259 MINAS GERAISV O T O

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, também acompanho o Ministro Relator. Tenho votado nesse sentido.

Penso que o esclarecimento já feito quanto às condições em que foi apresentada a denúncia demonstra exatamente o cumprimento da legislação, no sentido de que há dados mais do que suficientes para identificar, inclusive, justificar a razão pela qual o Paciente está posto como denunciado.

Há condições, portanto, de se defender perfeitamente, cumprir as garantias constitucionais, dar plena efetividade, como lembrou o Doutor Roberto Delmanto, reportando-se ao grande Bobbio, no sentido de que é preciso que se tornem efetivas - e aqui acho que há possibilidade de se dizer -, é garantida a efetividade de todas as garantias constitucionais.

Portanto, acompanho o Relator, por não entender que seja caso de trancamento de ação penal nessa fase.

Obs.: Texto sem revisão da Exma. Sra. Ministra Cármem Lúcia. (§ 3º do artigo 96 do RISTF, com a redação dada pela Emenda Regimental nº 26, de 22 de outubro de 2008)

15/12/2009

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.259 MINAS GERAIS

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Presidente, por ora, estamos no campo da verdade formal. A história contada pelo Ministério Público na peça primeira da ação penal configura o tipo do artigo 168 do Código Penal.

A prova da procedência da imputação, tendo em conta a gerência da própria empresa, a prática de atos administrativos, caberá evidentemente - não se cogita da prova negativa por parte do acusado - ao Ministério Público.

Acompanho o Ministro Relator, indeferindo a ordem.



15/12/2009

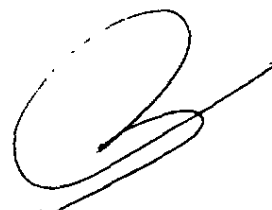
PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 97.259 MINAS GERAISVOTO

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO (PRESIDENTE) - Também vou acompanhar o eminente Relator no sentido do indeferimento da ordem, não sem antes elogiar o excelente desempenho do Professor Doutor Roberto Delmanto quando assomou à tribuna, assim como o desempenho profissional da eminente Representante do Ministério Público Federal, Doutora Cláudia Sampaio Marques.

Em rápidas palavras, também entendo que não é caso de responsabilidade objetiva. O acusado se encontrava à frente da empresa de que tratam os autos, e essa empresa efetivamente procedeu a descontos em folhas de pagamento de servidores, descontos previdenciários, que afinal deixaram de ser recolhidos.

Também na linha do voto do eminente Relator, entendo que o nível de detalhamento exigido pela defesa para os chamados "crimes de gabinete" não pode ser levado às últimas consequências, porque, de ordinário, esses delitos são feitos a portas fechadas. São concebidos e praticados, de algum modo, a portas fechadas, não sendo de exigir do Ministério Público uma pormenorização, que somente é viável como matéria de prova, de prova cabal, de prova robusta, e não apenas de indícios convincentes, quando da instrução



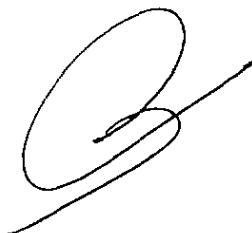
HC 97.259 / MG

penal propriamente dita.

Tenho votado nessa mesma linha. Não tenho a denúncia como inepta. Não é fruto da vontade arbitrária, ou caprichosa, ou açodada, ou meramente persecutória do Ministério Público. Penso que os artigos 41 e 395 do Código de Processo Penal estão observados.

O Ministério Público fez por merecer, com a cuidadosa elaboração de sua peça acusatória, o recebimento da denúncia e, assim, instaurar a ação penal.

A via do **habeas corpus**, efetivamente, é contida, estreita processualmente, e disse bem o Relator: o trancamento da ação penal, por essa via de atalho, que é o **habeas corpus**, se dá em caráter excepcional quando de logo avultam elementos denotadores de abuso de poder ou de ilegalidade por parte do órgão ou da autoridade impetrada. Não é o caso dos autos.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'B' followed by a horizontal stroke.

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 97.259**

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI

PACTE.(S) : EDMIR FERRARESI FOJO

IMPTE.(S) : ROBERTO DELMANTO E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator. Unânime. Presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. Falaram o Dr. Roberto Delmanto, pelo paciente, e a Dra. Cláudia Sampaio Marques, Subprocuradora-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. 1ª Turma, 15.12.2009.

Presidência do Ministro Carlos Ayres Britto. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Ricardo Dias Duarte
Coordenador